

Funaro espera não ter mais que aumentar imposto

A MUDANÇA



NA ECONOMIA

BRASÍLIA — “Espero que esta seja a última vez em que o Governo Sarney vai propor à sociedade aumento de impostos” — afirmou o Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, em entrevista logo após o anúncio oficial do programa de mudanças, no Palácio do Planalto.

Funaro afirmou que ele e o Ministro do Planejamento, João Sayad, têm a convicção de que as medidas “serão suficientes para recolocar o Brasil no equilíbrio orçamentário e não termos de, todos os anos, por causa do endividamento interno, por causa dos desajustes das finanças nacionais, propor novos aumentos de impostos”.

Indagado se a menor retenção de Imposto de Renda na fonte não pressionará a inflação do ano seguinte, por expandir a demanda, o Ministro da Fazenda afirmou que prefere conviver com esse problema, porque tem “a certeza absoluta de que nós, com todas as reuniões que tivemos com líderes empresariais e trabalhadores, temos desde já, de acertarmos as bases para que não seja prejudicado o crescimento econômico do País”.

Explicou que o Conselho Interministerial de Preços está atuando para que os ganhos reais (acima da inflação) de salários não sejam absorvidos pelo aumento dos preços dos produtos. Segundo ele, o CIP tem trabalhado para evitar que a corrida de preços ultrapasse os ganhos salariais dos trabalhadores.

Antes do anúncio oficial do pacote, num improviso, Dílson Funaro dirigiu-se ao Presidente José Sarney e afirmou que todas as medidas foram cuidadosamente analisadas para “evitar que pudessem prejudicar o processo de desenvolvimento”.

— Este ano, vamos fechar o orçamento com aproximadamente 2,7 a 2,8 por cento do déficit. Com essas medidas, calculamos que vamos chegar próximos de meio por cento em 1986. A redução baseia-se, em primeiro lugar, na crescente diminuição dos juros (Cr\$ 35 trilhões a menos), nas medidas de austeridade do Governo (Cr\$ 8 trilhões) e nas medidas fiscais (Cr\$ 20 trilhões de antecipação) — acrescentou Funaro.

Disse, ainda, que, com esses dados, es-

tá o Governo solucionando o problema de financiamento dos Estados, estipulando que o refinanciamento em moeda estrangeira fique apenas para a rolagem das dívidas estaduais, porque haverá um aumento importante na arrecadação, pois o Imposto de Renda antecipado vai beneficiar muitos Estados e Municípios.

Isso vai facilitar os investimentos desses Estados e Municípios o financiamento externo ficará apenas para a rolagem da dívida deles, segundo o Ministro da Fazenda.

Funaro salientou que “era impossível continuar como estávamos, crescendo o endividamento externo — cerca de 60 por cento este ano — e com os juros altíssimos do endividamento interno”. Para ele, “a queda de juros representa igual parcela

como se fossem mandados embora 17% de pessoas que trabalham no Governo. Portanto, é uma medida de alcance extremamente profundo”.

Sobre os trabalhadores que recebem salários menores, o Ministro da Fazenda assegurou que eles “vão ter uma ampliação de salário, da faixa de cinco salários este ano para seis no ano que vem”.

— Olhando os dados, eu vi que há faixas de cinco, seis, sete e oito salários que representavam 12% da arrecadação do Imposto de Renda na fonte, do salário; com a metodologia nova, passarão a representar de três por cento a quatro por cento, porque haverá um aumento real de salários.

Justificou, ainda, o Ministro Dílson Funaro, o fato de não haver mexido na tabela progressiva do Imposto de Renda, dizendo:

— Temos a tabela progressiva e a tabela fixando os salários em janeiro e junho. Nessa tabela, nós não mexemos porque achamos que ela faz o imposto progressivo. Esse imposto tinha uma característica regressiva na metodologia antiga, na qual a inflação tinha uma influência importante no cálculo do imposto, em que a renda não era corrigida e o imposto pago na fonte era corrigido, o que dava uma distorção. Hoje, estamos fazendo praticamente em base corrente e o excesso vai ser corrigido — renda e imposto.